

João Teives  
director do Advocatus



Fátima de Sousa  
jornalista  
fs@briefing.pt



Vasco Vieira de Almeida, fundador da VdA

# Advogado deve agir como cidadão

Vasco Vieira de Almeida, 79 anos, tem uma visão muito própria do que é ser advogado: um cidadão que não se deixa reduzir a um mero prestador de serviços. Fundador da VdA, começou na profissão numa sala emprestada, sem clientes. Regressou à advocacia depois de uma experiência frustrante na política do pós-25 de Abril, a que chegou por via de uma vida de combate à ditadura



Ramon de Melo

**Advocatus | Como é que olha para Portugal hoje, tendo em conta o seu passado de luta contra a ditadura, de ministro do primeiro governo do pós-25 de Abril, de testemunha da construção do país e da Europa?**

Vasco Vieira de Almeida | Pen-

so que, historicamente, há dois fenómenos a ter em conta. Por um lado, no que respeita à Europa, assistiu-se a um grande crescimento económico a seguir à guerra e à construção de Estados sociais que respondiam a exigências profundas da

consciência colectiva. Esta visão da sociedade foi atacada, a partir do Consenso de Washington, por uma concepção neo-liberal que deu ao mercado o papel de predominância total na construção da comunidade, o que constitui uma deriva perversa e perigosa. A des-

>>>

regulação progressiva dos mercados financeiros e a criação de uma massa monetária totalmente desligada dos níveis de produção são a causa da crise generalizada que vivemos hoje. Mas o problema já vem de trás.

Por outro lado, Portugal saiu de uma ditadura apenas em 1974, que deixou um país pobre de recursos, com uma população trabalhadora não qualificada e uma taxa de analfabetismo elevadíssima.

O 25 de Abril resolveu o problema da descolonização, mas ficou com dois outros para atacar: a democratização e o desenvolvimento. Quanto ao primeiro, o que me parece mais importante, por ser básico, era o tipo de democracia a construir. E aí, creio que se ergueu uma democracia formal, mas não participativa, no sentido de que os aparelhos partidários não favorecem o exercício da acção política que saia fora do seu controlo. E se é verdade que assistimos à multiplicação e variedade de formas de intervenção cívica e de interesse pela causa pública também é certo haver faixas da população que ainda não compreenderam que a preservação de direitos conquistados exige, não apenas uma defesa permanente, mas uma visão estratégica dessa luta.

Relativamente ao desenvolvimento, não foram apenas a incapacidade interna ao longo de décadas, erros de visão e razões estruturais, mas também imposições da União Europeia, que levaram à destruição de sectores fundamentais do aparelho produtivo, elevando o nível de dependência face ao exterior. Todos estes problemas foram agravados pela permanência da supremacia dos interesses nacionais na construção europeia e pelo aparecimento de um espaço monetário não assente numa união política.

**Advocatus | Não havia, então, alternativa ao pedido de ajuda externa?**

**VVA |** Creio que agora não havia outra solução. Mas é preciso evitar que este auxílio possa ter

**“A desregulação progressiva dos mercados financeiros e a criação de uma massa monetária totalmente desligada dos níveis de produção são a causa da crise generalizada que vivemos hoje”**

**“Uma reforma processual integrada é inadiável. Reforma que agilize a acção dos tribunais, que acelere o andamento dos processos, que impeça a utilização por advogados de métodos puramente dilatatórios”**

consequências negativas de carácter estrutural. Isto é, que signifique, de facto, a vitória daqueles que entendem que o Estado social está ultrapassado. Se assim for, teremos feito o grande recuo da nossa época e estaremos numa situação em que tudo aquilo por que muita gente se bateu em nome da justiça e da igualdade possa desaparecer.

É necessário não esquecer o progresso que, com todas as limitações que referi, se verificou nos últimos 35 anos em Portugal — no nível de vida, nos sistemas de Saúde e de Educação, na Segurança Social. Quando fiz a minha tese de curso, a esperança de vida era de 49 anos, a mortalidade infantil era a mais elevada da Europa. Por isso é incompreensível **que não se acentue** tudo o que mudou e que muita gente tenha esquecido o que era viver no Portugal anterior a 1974. Uma vitória neo-liberal associada ao prolongamento da presente crise poderá trazer graves perturbações sociais.

**Advocatus | Em que medida é que essa realidade se repercute na Justiça?**

**VVA |** A Justiça é o espelho do que se passa fora dela. Existe, por definição, para resolver conflitos que lhe são exteriores e bem poderia dispensar os internos. E a natureza desses conflitos, a acumulação indistinta de processos e a conseqüente lentidão dos tribunais **têm naturalmente repercussões** na organização do sistema judicial. A actual progressão dos sistemas de arbitragem resulta do facto de os conflitos serem mais complexos. Há vários anos era difícil explicar certo tipo de operações financeiras em juízo. Os magistrados não estavam preparados para as analisar, mas hoje já não é assim. O problema é que a velocidade e a especificidade da vida económica não se acomodam com o ritmo da Justiça e, sobretudo, com as garantias que deve dar, sem com isso pôr em causa a sua eficácia.

Mas a Justiça não é apenas o

&gt;&gt;&gt;



*“A concepção geral do caminho proposto no acordo estabelecido com a Troika é para mim negativa como visão social e é destruidora de elementos que considero essenciais do papel do Estado”*



“Comecei o escritório sozinho. O André Gonçalves Pereira, meu velho amigo, foi extraordinário. Eu estava sem recursos e ele emprestou-me uma sala. No princípio, não tinha clientes, não tinha rendimentos nem reservas. Ia de autocarro, estudava e à noite pegava na pasta e voltava de autocarro para casa”

&gt;&gt;&gt;

reflexo do que se passa à sua volta, influencia também o meio ambiente, e o seu bom funcionamento é um factor fundamental do crescimento económico. Uma reforma processual integrada é inadiável. Reforma que agilize a acção dos tribunais, que acelere o andamento dos processos, que impeça a utilização por advogados de métodos puramente dilatórios.

#### Advocatus | Qual é a sua visão do papel do advogado?

VVA | Gerou-se, sobretudo em torno da advocacia económica e financeira, a ideia de que o advogado é um simples prestador de serviços. Recuso totalmente essa visão. Em primeiro lugar, todo o advogado tem de agir também como cidadão; se não o fizer não é um bom advogado. Não pode abdicar da sua função social, tem de bater-se por valores civilizacionais. Não pode ser neutro, porque isso é a degradação da sua função.

A verdade é que há hoje uma percepção popular dos advogados que não existia quando me formei. Entretanto a profissão massificou-se: no meu curso entrámos 130 e formámo-nos 45; agora entram e saem aos milhares. Mas é muito importante a forma como são vistos e como se vêem a si próprios. A crescente entrada do marketing na profissão contribuiu para alterar a apreensão pública do seu papel.

#### Advocatus | O momento actual não será uma boa oportunidade para reformas?

VVA | A questão fundamental é a de qual é o sentido dessas reformas e a maneira como serão executadas. Como referi, a concepção geral do caminho proposto no acordo estabelecido com a *troika* é para mim negativa como visão social e é destruidora de elementos que considero essenciais do papel do Estado. As medidas de carácter administrativo e regulatório, essas são úteis e permitem, esperemos, racionalizar o aparelho de governo. O que gerará oportunidades é a própria crise, que nos obrigará a mudar de há-

**“A verdade é que há hoje uma percepção popular dos advogados que não existia quando me formei. Entretanto a profissão massificou-se: no meu curso entrámos 130 e formámo-nos 45; agora entram e saem aos milhares”**

bitos, a procurar novas formas de trabalho e forçará a uma qualificação acrescida. A transição vai ser muito difícil, mas pode criar condições para uma renovação da estrutura da sociedade portuguesa.

#### Advocatus | Está optimista?

VVA | Sou relativamente optimista. Tudo aquilo que tenho vivido — desde a ditadura ao 25 de Abril e à reconstrução da nossa vida, da Europa a fazer-se e a desfazer-se — demonstra a capacidade que Portugal tem de sobreviver aos problemas mais difíceis. Não tenho dúvida de que a situação vai mudar, mas é preciso que a solução final seja socialmente justa. Por isso, temos de participar escolhendo entre as múltiplas formas de o fazer.

#### Advocatus | A questão da (falta de) participação é assim tão decisiva?

VVA | Não é apenas um problema português. A democracia, como sistema, também evoluiu ou, aliás, involuiu. O problema é actualmente, na prática, a existência de um monopólio partidário na política. Em Espanha, na França, nos Estados Unidos existem essencialmente dois partidos dominantes, em Inglaterra avançou-se pela primeira vez desde 1930 para uma coligação, em Itália só há um... O sistema tem concentrado visões da sociedade e modelos de participação no quadro partidário, empobrecendo o diálogo social. Portugal tem, apesar de tudo um espectro mais alargado.

A democracia só funciona com partidos, mas estes não a esgotam. A nossa vai com 30 e poucos anos, estamos a aprender e até aprendemos relativamente bem. O que importa é construirmos o nosso próprio caminho e deixarmos-nos de admirações provincianas pelo que se passa noutros lados. A comparação permanente com “lá fora” é prova disso. Há um certo complexo de inferioridade que não tem razão de ser. O povo português tem enormes qualidades, mas precisamos de mais gente capaz de correr riscos; muita gen-

**“Devo confessar que achei que a política tal como é entendida hoje é extremamente redutora culturalmente. A luta política passa muitas vezes à volta de temas, preocupações e ambições que nada têm a ver com a minha visão dela”**

te diz mal do Estado e quer menos Estado (mas, curiosamente, quer que este crie emprego, logo, que seja mais interventivo).

De qualquer forma, o país não acaba. Há saídas, que todos acabaremos por encontrar.

**Advocatus | António Barreto escreveu que “a política ou tem medo da Justiça ou deixa-se seduzir por ela”. Concorda?**

**VVA |** Há um elemento de verdade nessa afirmação, mas é algo redutora. Não se pode centrar o problema apenas na relação política-justiça. Temos de equacionar outras variáveis, entre elas, a Comunicação Social. Em Portugal, depois da compressão da ditadura, em que poucos jornalistas se atreviam a escrever o que pensavam, passou-se para uma liberdade de imprensa total — e sou o mais possível a favor dessa liberdade, mas não da irresponsabilidade. Hoje pode publicar-se o que se quiser sobre um político, sem provas, e, mesmo que haja uma solução judicial, não se evita o mal feito. A imprensa deve ter toda a liberdade, mas tem de responsabilizar-se pelo que escreve. Não pode atacar a honorabilidade de uma pessoa sem consequências. Quem está na política nem sequer se pode defender.

**Advocatus | Foi director-geral de um banco, o BPA, e administrador de outro, o CPP. Como vê os escândalos recentes em torno da banca?**

**VVA |** É indispensável não generalizar. Houve escândalos graves na banca, mas a quase totalidade da banca portuguesa é gerida de forma correcta. E tem uma actividade fundamental para a economia portuguesa. Houve escândalos, mas não podem fazer-se, como às vezes se vê, acusações generalizadas. É uma forma anti-democrática e perversa de jornalismo, que também desacredita o próprio jornalismo, o que é prejudicial para a democracia.

É indispensável reforçar a regulação bancária para que se não

**“Hoje pode publicar-se o que se quiser sobre um político, sem provas, e, mesmo que haja uma solução judicial, não se evita o mal feito. A imprensa deve ter toda a liberdade, mas tem de responsabilizar-se pelo que escreve. Não pode atacar a honorabilidade de uma pessoa sem consequências”**

**“Houve escândalos graves na banca, mas a quase totalidade da banca portuguesa é gerida de forma correcta. E tem uma actividade fundamental para a economia portuguesa. Houve escândalos, mas não podem fazer-se, como às vezes se vê, acusações generalizadas”**

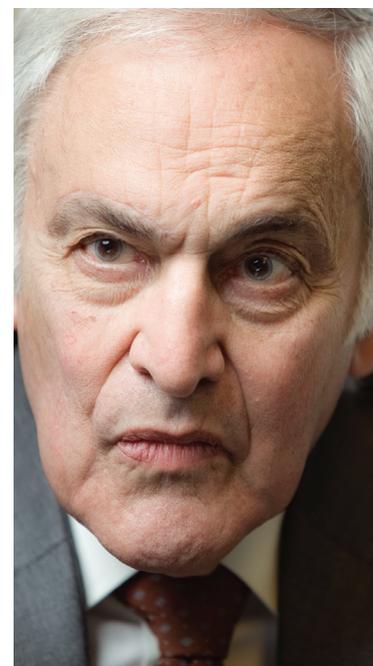
repitam fraudes e actos de gestão ruinosa e orientar o sistema para um apoio crescente à actividade produtiva.

Tem de haver uma compreensão das liberdades e, sobretudo, dos deveres. É preciso perceber que a essência da democracia é, em primeiro lugar, a criação de deveres de cidadania e que é do cumprimento desses deveres que nascem as liberdades. Não ao contrário.

**Advocatus | O seu passado de combate à ditadura conduziu-o ao I Governo após o 25 de Abril. O que retém dessa experiência?**

**VVA |** É verdade que cumpri o meu serviço cívico contra a ditadura. Tive posições actuantes, modestas, e disse sempre claramente qual era a minha posição. Quando veio o 25 de Abril, foi-me pedido para tomar um conjunto de medidas num cenário de possível corrida aos bancos, fugas de capitais [foi ministro da Coordenação Económica]. Mas o I Governo não tinha qualquer poder, o que foi o resultado compreensível mas prejudicial, da forma como surgiu a revolução. Os partidos, os sindicatos e o MFA desenvolviam acções políticas paralelas, muitas vezes à revelia do governo. Eu costumava dizer que tinha suficiente currículo para me permitir não ser extremista. Mas devo confessar que achei que a política, tal como é entendida hoje, é extremamente redutora culturalmente. A luta política passa muitas vezes à volta de temas, preocupações e ambições que nada têm a ver com a minha visão dela. De duas uma: ou me adaptava e entrava num partido ou não fazia política e mantinha a minha contribuição cívica. Tomei naquela altura as medidas que era preciso tomar e decidi que não queria continuar. Também me cansou ver tanta gente a trepar as escadas e a correr para se encaixar em qualquer lado, uns por convicção, outros por oportunismo, outros ainda

&gt;&gt;&gt;



*“Vários dos advogados que entraram são hoje sócios, pessoas de altíssima capacidade profissional e moral, e são eles que fizeram com que a VdA se tenha transformado numa instituição de alta qualidade que me sobreviverá, como sempre quis”*



*“É preciso evitar que este auxílio possa ter consequências negativas de carácter estrutural. Isto é, que signifique de facto a vitória daqueles que entendem que o Estado social está ultrapassado”*

&gt;&gt;&gt;

para esconderem o que tinham sido antes do 25 de Abril. Mas a verdadeira política, como actividade nobre, é possível e necessária.

**Advocatus | Foi o desagrado com a política que o fez voltar à advocacia?**

**VVA |** Achei que numa democracia, em que já não havia prisões nem polícia política a combater, podia voltar à advocacia, e continuar, através dela, uma intervenção útil. Mas ainda fui para Angola como representante de Portugal no Governo de Transição e com o apoio do MFA e do MPLA. Tinha sido amigo do Agostinho Neto e de outros dirigentes angolanos na universidade e aceitei. Foi uma experiência extraordinária. Mas, com a guerra civil, era impossível fazer fosse o que fosse. Além de que reconhecia muitos dos defeitos de alguns daqueles líderes... Pelo que escrevi uma carta de crítica aos três movimentos de libertação em que explicava a minha posição. Lembro-me que provocou grandes iras.

**Advocatus | O que recorda desse começar de novo?**

**VVA |** Comecei o escritório sozinho. O André Gonçalves Pereira, meu velho amigo, foi extraordinário. Eu estava sem recursos e ele emprestou-me uma sala. No princípio, não tinha clientes, não tinha rendimentos nem reservas. Ia de autocarro, estudava e à noite pegava na pasta e voltava de autocarro para casa. Foi um bocado difícil, mas foi educativo.

Até que me apareceu um grande projecto, da Renault, de construção de uma indústria automóvel em Portugal. E o escritório foi crescendo, fui admitindo gente nova que recrutava nas universidades. Hoje, ele é constituído por um velhote de serviço, que sou eu, e 160 advogados de grande qualidade. E se tenho algum mérito é apenas o de ter criado uma escola, quanto aos princípios éticos e deontológicos, à maneira de trabalhar e entender a advo-

**“O acesso à profissão deve ser absolutamente livre. Num sistema democrático, não pode ser limitado. Há um ensino universitário de Direito e as pessoas são livres de o frequentarem e de escolherem a sua carreira”**

cacia. Vários dos advogados que entraram são hoje sócios, pessoas de altíssima capacidade profissional e moral, e são eles que fizeram com que a VdA se tenha transformado numa instituição de alta qualidade que me sobreviverá, como sempre quis.

**Advocatus | Começou com um escritório individual que evoluiu para uma sociedade de advogados. Como vê a dicotomia entre estas duas realidades?**

**VVA |** É uma polémica absurda. Ambas as modalidades são necessárias. Comecei como advogado isolado e se tivesse escolhido esse caminho ainda hoje era um advogado isolado. Mas, pegar num grande projecto internacional, com vários ordenamentos jurídicos envolvidos, só é possível numa sociedade com competências especializadas. Não há nenhum advogado que isoladamente o consiga.

**Advocatus | O que pensa da entrada de capital estrangeiro nas sociedades portuguesas?**

**VVA |** É uma escolha legítima de cada um, que não discuto, mas a nossa opção não é essa. Temos parcerias, mas não participações no capital. Mantemos a nossa independência.

**Advocatus | É frequente a crítica de que há advogados a mais. O que pensa do acesso à profissão?**

**VVA |** O acesso à profissão deve ser absolutamente livre. Num sistema democrático, não pode ser limitado. Há um ensino universitário de Direito e as pessoas são livres de o frequentarem e de escolherem a sua carreira. Isso é uma questão; outra é ter-se multiplicado de tal maneira o número de pessoas que tiram Direito que a qualidade de muitas delas não é, com certeza, aceitável. Para isso, existem já na Ordem os mecanismos necessários de avaliação. O problema da qualidade vai recair sobre aqueles que a não têm. É o risco que cada um corre.

**“É incompreensível que não se acentue tudo o que mudou e que muita gente tenha esquecido o que era viver no Portugal anterior a 1974”**

## PERFIL

**Memórias do cárcere**

Vasco Vieira de Almeida teve uma vida preenchidíssima. Talvez se possa até dizer que a sua vida dava um filme. Estórias não lhe faltam. Que recorda com um sorriso e palavras vivas ou não fosse ele um optimista, um homem que retém mais o lado positivo e até divertido dos acontecimentos do que o lado trágico.

Estórias como as que fazem as memórias da primeira vez que foi detido pela PIDE. Eram seis da manhã e entram-lhe em casa o inspector Tinoco e mais uns quatro ou cinco agentes.

A vasta biblioteca, que herdara do pai e que enriquecera com livros comprados a Manuel de Brito ou mandados vir clandestinamente de França, aguçou o apetite dos agentes pela busca de documentos subversivos.

Não os havia. “Isto é para apreender?”, perguntavam a cada passo os agentes, suspensos da palavra final do inspector. Tinoco ia dizendo quase sempre não, até que, a dada altura, um dos agentes fez eco de grande “descoberta”: “Ah, ah, está aqui um para apreender, chama-se “A República” e de é um tal Platão que deve ser comunista”.

Vasco Vieira de Almeida retém esta “cena à Woody Allen”, genial. Quando a busca acabou, desceram todos até à rua, mas os agentes não tinham carro que chegasse para todos - “O Salazar era poupado” - pelo que o detido acabou por ajudá-los a chamar um táxi. Destino: Aljube.

É do cárcere outra das muitas estórias que recorda. Ao fim de dois meses de prisão, onde sentiu aquilo que designa como “repressão de classe” — os operários eram espancados, os burgueses “apenas” ficavam dias sem dormir -, é acordado um dia pelo carcereiro que perguntou: “Posso interromper o sono de vossa excelência? É que tenho uma noticiazinha muito boa. Sua Excelência, o senhor presidente do Conselho, acaba de assinar a sua ordem de soltura”. “Deu-me imensa vontade de rir, o ditador do país assinava uma a uma as ordens de saída das cadeias”.

Não se ficava por aí o inverosímil. Vasco Vieira de Almeida é interpelado pelo guarda com um “Aqui temos mais medo da PIDE do que os senhores. Não me arranjava um lugarzinho

lá no banco?”. Isto é “a ditadura à portuguesa...”

Não foi só Vasco Vieira de Almeida que conheceu a repressão: o pai foi preso, o irmão também, a mulher igualmente e ainda um cunhado. Assim foi numa família em que era “tradição valorizar a liberdade”.

Na luta contra a ditadura, Vasco Vieira de Almeida cumpriu o seu dever cívico. Integrou o MUD Juvenil, fez parte da candidatura de Arlindo Vicente à presidência. Foi ministro no pós-25 de Abril.

Hoje, aos 79 anos, diz não ter qualquer apelo pela política. Teve oportunidades para regressar, mas não se deixou tentar. A não ser que um dia se justificasse por não haver liberdade: aí voltava a fazer o mesmo!

Esta distância não o impede, contudo, de ser um observador voraz da sociedade. Muito por influência do pai, professor universitário de Filosofia, “pessoa extraordinariamente culta, com uma grande capacidade de autocritica”. Da mãe herdou o gosto pela música, que o impulsiona a quatro horas de estudo ao piano a cada sábado, a que somam outras quatro a cada domingo. “Toco para mim. É indiscreto a paz que tenho”.

De Bach a Beethoven, passando pelos românticos e pelos mais modernos. Aprendeu mesmo composição e harmonia com o mestre Fernando Lopes Graça.

Vasco Vieira de Almeida é também um leitor ávido. Ocupa-se actualmente da história do terceiro império francês, aprecia literatura inglesa e americana, mas não desdenha ler Eça ou Camilo.

Os autores gauleses leu-os na faculdade, quando não havia muitas alternativas para ocupar o ócio. Ia-se para um café discutir política ou ler. Ou então para a feira popular comer um “miau”: era uma sandes de... gato. Só se descobriu quando se fez o desaterro dos terrenos para ali erguer a Gulbenkian. Havia milhares de gatos enterrados. “Espero não voltar a comer gato, pelo menos sabendo...”. Entre a sociedade, o piano e a leitura, o tempo livre dedica-o à família. Filhos são três: o mais velho, seguiu-lhe os passos, outro é economista e a filha directora de uma escola infantil. Netos são 12.



*“O que importa é construirmos o nosso próprio caminho e deixarmos-nos de admirações provincianas pelo que se passa noutros lados. Há um certo complexo de inferioridade que não tem razão de ser”*